Processo nº 495/2009

Data do Acórdão: 16JUL2009

Assuntos:

Insuficiência para a decisão da matéria de facto provada

Erro notório na apreciação da prova

SUMÁRIO

1. Tendo o tribunal *a quo* conhecido e julgado o *thema probandum* na sua totalidade e por força do princípio de vinculação temática que condiciona a investigação judicial do tribunal de julgamento, logo é afastada qualquer hipótese da existência do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.
2. As circunstâncias concretas provadas na matéria de facto, nomeadamente a idade de 81 anos da ofendida que a não permitia correr a passos muito acelerados, a existência próxima das duas passadeiras e uma intersecção que impõem o abrandamento da velocidade de qualquer veículo que se aproxima, a inexistência das cercas montadas em ambas as bermas ao longo da via de rodagem que impedem a saída de peões do passeio para a faixa de circulação, a suficiente largura da única faixa de circulação de 4,6 metros e o bom estado de tempo que proporcionam a razoável visibilidade de movimentos de outros utentes da via pública para quem se transporta no veículo que se circula nas condições idênticas ou semelhantes às do veículo conduzido pelo agente e a travagem brusca que fez cair o veículo por ele conduzido, quando conjugadas com as regras da experiência da vida e da normalidade das coisas, já nos permitam concluir com razoabilidade que o agente não ter adaptado a velocidade por forma a poder evitar o embate.

O relator

Lai Kin Hong

Processo do recurso penal nº 495/2009

Recorrente: **A**

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – Relatório

A, devidamente identificado nos autos, veio recorrer para este Tribunal de Segunda Instância do Acórdão proferido pelo Tribunal Colectivo do Tribunal Judicial de Base, pelo qual foi condenado pela prática de um crime de homicídio negligente, p. e p. pelo artº 134º/1 do Código Penal, conjugado com os artºs 66º/1 e 73º/1-a) do Código de Estrada, na pena de 1 ano e 6 meses de prisão, suspensão por 18 meses.

Concluiu na motivação nos seguintes termos:

1ª

O presente recurso vem interposto do duto Acórdão proferido pelos Mmos. Juízes que integram o tribunal colectivo do Tribunal Judicial de Base, que condenou o Recorrente como autor de um crime de homicídio por negligência p.p.p. art.139º do Código Penal, conjugado com os arts.66º/1 e 73º/1a do Código da Estrada, na pena de 1 ano e 6 meses de prisão, suspensa a sua execução por 18 meses, e na suspensão da validade da licença d condução por um período de 6 meses.

2ª

Da leitura da matéria de facto provada resultam que não se encontram provados quaisquer factos que permitam concluir que o Arguido podia e devia ter imobilizado o MC por forma a evitar o acidente.

3ª

Existem no local do evento não uma só, mas duas passadeiras, vulgo “zebras”, uma a montante e outra a jusante, com quase a mesma distância de 21,5m do local onde a vítima fez o atravessamento.

4ª

A insuficiência da matéria de facto ocorre quando há uma lacuna no apuramento da matéria de facto necessária a uma decisão de Direito ou quando o Tribunal não investigue tudo quanto a acusação, a defesa e a discussão da causa suscitaram nos autos.

5ª

A decisão tem de conter a factualidade pertinente à subsunção no tipo legal de crime de que o Arguido vem acusado, devendo o tribunal investigar, dentro dos seus poderes de conigção, toda a matéria relevante.

6ª

No caso dos autos, o Tribunal “a quo” deveria ter investigado e tomado conhecimento de todos os factores por forma a apurar se era humanamente possível ao Arguido ter evitado o acidente, procedendo à imobilização do MC, aferindo-se os reflexos do Argruido como os de um *homo medius*, dotado de um razoável tempo de reacção .

7ª

A velocidade não é um conceito absoluto, que tenha a ver apenas com a moderação da marcha do veículo, e no caso *sub judice* nem sequer ficou provada a que velocidade circulava o MC. Pelo contrário ficou sobejamente demonstrado que este não circulava a velocidade excessiva. Tanto assim é que

8ª

O Arguido nem sequer vem acusado por infracção ao disposto no art.22º do Código da Estrada, que dispõe sobre a velocidade a que devem circular os veículos nas vias públicas.

9ª

A velocidade é, na parte que aqui releva, um conceito de relação, traduzindo a *ratio* entre a marcha imprimida ao veículo e as condições da via, com relevo para o tráfego, o estado do piso, a sinalização, tudo aliado à situação atmosférica e às condições da viatura, máxime o dos pneus e órgãos de travagem.

10ª

Nessa ponderação, a velocidade deve permitir que o veículo em condições

normalmente previsíveis possa deter-se no espaço livre e visível à sua frente, aferindo-se os reflexos do condutor como os de um *homo medius*, atento e descomprometido de patologias inibidoras de um razoável tempo de reacção. Por isso,

11ª

Objectivamente, não era possível, pelo menos, face às regras de experiência comum considerar como normal ou expectável que alguém saísse de entre as viaturas estacionadas no local, mormente da furgoneta no local, para invadir, em passo acelerado, a faixa de rodagem, sabido que existem duas passadeiras, vulgo “zebras”, uma a montante e outra jusante, para peões tão perto do local do evento, mais concretamente a cerca de 21,5 metros.

12ª

Exigir tal previsibilidade numa situação como a dos autos era tomar praticamente impossível a condução rodoviária.

13ª

A vítima foi atingida quando correu cerca de 2,1 metros para fora da via pública (... , 而 81 歲的被害人在走出馬路約 2.1 米處被撞倒 , ...) e a Avenida do Coronel Mesquita, com viaturas estacionadas em ambos os lados, tem uma faixa de rodagem de 4,6m de largura (croqui de fls.12 dos autos).

14ª

Sem embargo do devido respeito a opinião diversa, opinou-se que se o MC tivesse circulado mais à direita, tento ao sentido da sua marcha, ou seja, mais próximo do eixo da via, o acidente poderia ter sido evitado, só que tal entendimento configura uma infracção ao disposto no art.13º, nº1, do Código da Estrada o qual dispõe que “O trânsito é feito pelo lado esquerdo da faixa de rodagem”.

15ª

O acidente deveu-se única e exclusivamente ao comportamento contravencional da vítima que violou de forma intensa e indesculpável o art.10º, nos.1, 2 e 5, do Código da Estrada ao atravessar, em passo acelerado, a faixa de rodagem fora das duas passadeiras, vulgo “zebras”, uma a montante e outra a jusante, que estavam a cerca de 21,5m do local onde contravencionalmente a vítima fez a travessia.

16ª

A vítima não tomou quaisquer precauções mínimas e necessárias exigidas aos peões quando pretendem atravessar as faixas de rodagem e preferiu surgir “de improviso” de entre as viaturas estacionadas no local e no lado esquerdo da via, atento ao sentido da marcha do MC.

17ª

O Arguido não foi tido nem achado na transacção no âmbito do pedido cível que se fizeram, nem tão pouco foi convidado *à posteriori* para se pronunciar sobre ela, se se aceitava ou não a desistência do pedido, não obstante o montante da indemnização acordado entre os intervenientes na transacção se situar muito abaixo do limite máximo segurado.

18ª

A falta de aceitação do Arguido como 1º demandado no pedido cível, implica a nulidade do acto, nos termos dos arts.238º e 243º, ambos do Código de Processo Civil.

19ª

Verifica-se, assim, que os factos dados como provados não são suficientes para, subsumidos à lei aplicável, poderem gerar a conclusão lógica de que o Arguido praticou um crime de homicídio por negligência.

TERMOS EM QUE SE REQUER a V. Exas. se dignem dar provimento ao presente recurso, revogando a decisão recorrida e absolvendo o ora Recorrente do crime de que vem acusado, com o que se fará a tão esperada e já habitual

JUSTIÇA.

A este recurso, respondeu o Ministério Público defendendo a improcedência do recurso – cf. fls. 233 a 238 dos p. autos.

Subido o recurso para este Tribunal, a Dignª Procuradora-Adjunta emitiu o seu douto parecer pugnando pela improcedência do recurso – cf. fls. 253 a 255 dos p. autos.

Feito o exame preliminar, colhidos os vistos legais e realizada a audiência de julgamento, cumpre decidir.

II – Fundamentação

Foi provada a seguinte matéria de facto:

2001年10月26日約17時18分，嫌犯A駕駛重型電單車MG-XX-XX在美副將大馬路從提督馬路往海富花園方向行駛。當駛至美副將大馬路與羅若翰神父街交界附近時，被害人B從嫌犯A所駕駛的重型電單車的左方向右方橫過馬路。

由於事出突然，嫌犯A剎車不及，且因剎車太急導致其重型電單車失控，重型電單車MG-XX-XX車尾的不銹鋼雜物箱因此碰撞到被害人，導致其倒地受傷。

事故發生時，天氣及地面情況正常，交通狀況正常。

當時距離被害人B橫過馬路處約21.4米處設有讓行人橫過馬路的斑馬線。

事故發生後，被害人B被送往仁伯爵綜合醫院接受診治，因腦部出血一直昏迷不醒，留院至2001年11月1日不治死亡。

上述碰撞直接造成被害人B嚴重顱腦損傷而死亡。

嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知在駕駛時不應以過高速度通行，並應視乎路面及車輛的狀況而調節車速，以便車輛能在前面可用及可見空間停下及避開在正常情況可以預見的任何障礙物（澳門《道路法典》第22條第1款），但嫌犯並無這樣做，因而造成是次交通事故，其過失導致被害人死亡。

嫌犯清楚知道其行為是法律所不容許，且會受法律制裁。

*

(Em 26 de Outubro de 2001 cerca das 17H18, o arguido conduzia o motociclo com chapa de matrícula n.º MG-XX-XX pela Avenida do Coronel Mesquita na direcção da Avenida do Almirante Lacerda para o edf. “Hoi Fu”. Quando chegou ao perto do cruzamento da Avenida do Coronel Mesquita com a Rua do Padre João Clímaco, a ofendida B estava a atravessar a rua do lado esquerdo para o lado direito tendo em conta a direcção para onde circulava o motociclo do arguido A.

Como aconteceu o facto de improviso, o arguido **A** não fez parar o motociclo atempadamente. Ele travou o motociclo de repente, o que provocou a perda de controlo do mesmo, A caixa de aço inoxidável da parte traseira do motociclo chocou contra a ofendida, a qual caiu conseqüentemente no chão e ficou ferida.

Quando ocorreu o acidente, estava bom tempo, a condição do pavimento era normal e a situação de trânsito era regular.

Existe uma passadeira com distância de 21.5 metros do local onde a ofendida **B** atravessou a rua.

Ocorrido o acidente, a ofendida **B** foi transportada para o Centro Hospitalar Conte de São Januário para ser socorrida. Tendo entrado em estado de coma por hemorragia cerebral, ela ficou internada, e veio a falecer em 1 de Novembro de 2001.

O referido choque causou directamente à ofendida **B** grave ferimento cerebral, por causa do qual a mesma veio a falecer.

O arguido praticou livre, voluntária e conscientemente a referida conduta. Embora saiba perfeitamente que o condutor não deve circular com velocidade excessiva, devendo regular a velocidade de modo que, atendendo ao estado da via e do veículo, possa fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente e evitar qualquer obstáculo que lhe surja em condições normalmente previsíveis, ele não fez assim, e causou a ocorrência do acidente rodoviário, a sua negligência está na origem da morte da ofendida.

O arguido sabia perfeitamente que a sua conduta era proibida e punida por lei.)

*

另外證明下列事實 (Mais se provou) :

被害人的兒子已收取亞洲保險有限公司對彼等損害作出的澳門幣 600, 000 圓金錢賠償。

根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

嫌犯觸犯了第 169 頁所載的交通違例。

嫌犯為冷氣維修工人，每月約有澳門幣 13,000 圓的收入，嫌犯的妻子為家庭主婦，嫌犯的母親已去世，嫌犯的父親長期患病並由嫌犯的妻子照顧。嫌犯學歷為小學六年級。

Passemos então a apreciar as questões levantadas pelo recorrente.

Conforme se vê na motivação do recurso, o ora recorrente imputa ao Acórdão recorrido:

- a) Insuficiência para a decisão da matéria de facto provada;
- b) Erro notório na apreciação da prova; e
- c) Nulidade da transacção quanto ao pedido cível.

Assim, são estas três questões que constituem o objecto do presente recurso e que passemos a apreciar:

a) Insuficiência para a decisão da matéria de facto provada

Em primeiro lugar, o recorrente invoca como fundamento do recurso a alegada insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, a que se refere o artº 400º/2-a) do CPP.

Ora, para a verificação desse fundamento, é preciso que haja lacuna no apuramento da matéria de facto necessária para uma decisão de direito.

Todavia, pela simples leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o tribunal *a quo* conheceu e julgou o objecto do processo na sua totalidade.

De facto, o tribunal colectivo elencou exhaustivamente, na parte de fundamentação, os factos provados e indicou, por remissão, como não provados todos os factos constantes da acusação e da contestação que se não mostram compatíveis com os factos provados.

Tendo o tribunal *a quo* conhecido e julgado o *thema probandum* na sua totalidade e por força do princípio de vinculação temática que condiciona a investigação judicial do tribunal de julgamento, logo é afastada qualquer hipótese da existência de lacuna no apuramento

da matéria de facto.

Inexiste assim a invocada insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.

Aqui chegamos, convém realçar não se pode confundir a lacuna no apuramento da matéria de facto, que é imputável ao tribunal de julgamento, com a lacuna na descrição dos factos no *thema probandum* que, obviamente, não pode deixar de ser resultado da falha do acusador público, do acusador particular ou do juiz de instrução, consoante a situação.

Assim, no caso da lacuna na descrição dos factos que fundamentam a condenção no *thema probandum*, como não vigora no nosso sistema o princípio inquisitório, o tribunal de julgamento não pode senão absolver o arguido da acusação ou pronúncia *ab initio* lacunosamente elaborada.

Ex abundantia, mesmo que, *in casu*, haja insuficiência para sustentar a decisão de direito, não estamos perante o vício de insuficiência a que se alude o artº 400º/2-a), que o recorrente invocou.

Todavia, por razões que passaremos a expor na apreciação do invocada questão do erro notório na apreciação da prova, nem essa insuficiência em sentido “impróprio” existe.

b) Erro notório na apreciação da prova

Diz o recorrente que *in casu*, não era possível, pelo menos, face às regras de experiência comum, considerar como normal e expectável que alguém saísse de entre as viaturas estacionadas no local, mormente da furgoneta no local, para invadir, em passo acelerado, a faixa de rodagem, sabido que existem duas passadeiras, vulgo “zebras”, uma a montante e outra a jusante, para peões tão perto do local do evento, mais concretamente a cerca de 21,5 metros.

Entende assim que essa factualidade não permite, por si só, concluir que o veículo que o recorrente conduziu não circulava em velocidade excessiva e que houve negligência por parte do recorrente.

Ou seja, na óptica do recorrente, o tribunal *a qua* cometeu o erro notório na apreciação da prova, ao dar como provado o facto conclusivo de que “o arguido, ora recorrente, embora saiba perfeitamente que o condutor não deve circular com velocidade excessiva, devendo regular a velocidade de modo que, atendendo ao estado da via e do veículo, possa fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente e evitar qualquer obstáculo que lhe surja em condições normalmente previsíveis, ele não fez assim e causou a ocorrência do acidente rodoviário, a sua negligência está na origem da morte da ofendida”,

Germano Marques da Silva define que “erro notório na apreciação da prova é o erro ostensivo, de tal modo evidente que não passa despercebido ao comum dos observadores, ou seja, quando o homem de formação média facilmente dele se dá conta” – cf. *Germano Marques da Silva, in Curso de Processo Penal, Vol. III, p. 326.*

Atendendo à forma como se expuseram as motivações de recurso, parece que o erro notório que o recorrente invoca é a circunstância de existirem contradições entre factos dados como provados e ter o tribunal *a quo* chegado a conclusões ilógicas face à matéria de facto provada.

Parece portanto que está a invocar, sob o título de erro notório na apreciação da prova, o erro de julgamento ou a contradição insanável da fundamentação.

De qualquer maneira, por razões que vimos *infra*, a tese do recorrente não pode deixar de improceder.

Vejamos.

Antes de mais, é de destacar que, ao contrário do que afirma o recorrente, não ficou provado que a vítima saiu da frente de uma furgoneta, encoberta por esta, e para invadir, em passo acelerado, a faixa de rodagem.

O que ficou provado foi:

Em 26 de Outubro de 2001 cerca das 17H18, o arguido conduzia o motociclo com chapa de matrícula n.º MG-XX-XX pela Avenida do Coronel Mesquita na direcção da Avenida do Almirante Lacerda para o edf. “Hoi Fu”. Quando chegou ao perto do cruzamento da Avenida do Coronel Mesquita com a Rua do Padre João Clímaco, a ofendida **B** estava a atravessar a rua do lado esquerdo para o lado direito tendo em conta a direcção para onde circulava o motociclo do arguido **A**.

Como aconteceu o facto de improvisado, o arguido **A** não fez parar o motociclo atempadamente. Ele travou o motociclo de repente, o que provocou a perda de controlo do mesmo, **A** caixa de aço inoxidável da parte traseira do motociclo chocou contra a ofendida, a qual caiu conseqüentemente no chão e ficou ferida.

Quando ocorreu o acidente, estava bom tempo, a condição do pavimento era normal e a situação de trânsito era regular.

Existe uma passadeira com distância de 21.5 metros do local onde a ofendida **B** atravessou a rua.

.....

Face a essa matéria de facto provada, não temos dúvidas de que a própria vítima contribuiu, com a sua conduta, para a produção do acidente, nomeadamente quando atravessar descuidadamente a faixa de rodagem sem fazê-lo em qualquer das duas passadeiras para peões nas imediações do local de acidente, dado que a sua conduta em si constituiria um ilícito contravencional – cf. artº 10º do Código de Estrada, então vigente, segundo o qual, os peões só podem atravessar fora das passagens que lhes estão destinadas se não existir nenhuma devidamente sinalizada a uma distância

inferior a 50 metros.

Todavia, importa saber se o acidente se deveu única e exclusivamente ao comportamento da vítima, ou também houve concorrência da culpa por parte do condutor, ora recorrente, na produção dos factos.

Como se sabe, para poder imputar a responsabilidade criminal ao ora recorrente, é preciso que se formule o juízo de censura sobre o recorrente por ter agido como agiu.

E por menor que seja a percentagem da sua contribuição, desde que seja culposa, para a produção dos factos, justifica a condenação do recorrente.

Importa assim ver se o recorrente agiu com culpa.

Ficou provado que “a ofendida estava a atravessar a rua do lado esquerdo para o lado direito tendo em conta a direcção para onde circulava o motociclo do arguido”, e que “como aconteceu o facto de improvisado, o arguido não fez parar o motociclo atempadamente. Ele travou o motociclo de repente, o que provocou a perda de controlo do mesmo. A caixa de aço inoxidável da parte traseira do motociclo chocou contra a ofendida, a qual caiu conseqüentemente no chão e ficou ferida”.

Ora, um facto que ocorreu repentinamente não quer dizer necessariamente que se trata de um facto de todo em todo imprevisível.

Se é verdade que a lei estabelece o padrão de conduta que vincula todos os utentes das vias públicas, nomeadamente as normas concernentes às condições e a forma como os peões devem atravessar a faixa de rodagem, não é menos certo que as normas estradais, tal como as normas jurídicas em geral, são sempre susceptíveis de serem violadas pelos seus destinatários, ou na forma dolosa ou por negligência.

Na esteira desse raciocínio, a saída repentina de um peão do passeio para a faixa de rodagem a fim de a atravessar não é de todo em todo imprevisível.

É claro, todavia, que não basta essa previsibilidade abstracta para justificar a condenação do arguido ora recorrente, é ainda preciso que ele tenha incumprido o dever geral de cuidado, ou deveres especiais de prevenção do perigo, razoavelmente exigíveis e definidos na lei estradal, que sobre ele impendem.

In casu, os factos ocorreram entre duas passadeiras, vulgarmente se denominam “zebra”, sendo apenas 21,4 metros a distância entre o ponto de embate e a passadeira a montante em relação ao sentido de circulação, pela qual o recorrente passou antes de embater na ofendida. E existe ainda uma intersecção que dista do ponto de embate bastante menos que 21,4 metros – vide o *croquis* a fls. 12.

Ora, nos termos do disposto no artº 23º/a) e e) do Código de Estrada, o condutor deve moderar especialmente a velocidade na aproximação de intersecções e passadeira.

Assim, as circunstâncias concretas provadas na matéria de facto, nomeadamente a idade de 81 anos da ofendida que a não permitia correr a passos muito acelerados, a existência próxima das duas passadeiras e uma intersecção que impõem o abrandamento da velocidade de qualquer veículo que se aproxima, a inexistência das cercas montadas em ambas as bermas ao longo da via de rodagem que impedem a saída de peões do passeio para a faixa de circulação, a suficiente largura da única faixa de circulação de 4,6 metros e o bom estado de tempo que proporcionam a razoável visibilidade de movimentos de outros utentes da via pública para quem se transporta no veículo que se circula nas condições idênticas ou semelhantes às do veículo conduzido pelo recorrente e a travagem brusca que fez cair o veículo por ele conduzido, quando conjugadas com as regras da experiência da vida e da

normalidade das coisas, já nos permitam concluir com razoabilidade que o recorrente não ter adaptado a velocidade por forma a poder evitar o embate.

Nestas circunstâncias, o facto de a ofendida, de 81 anos de idade, ter atravessado a faixa de rodagem, embora repentinamente e fora das passadeiras existentes nas imediações, não afasta de todo em todo a possibilidade de o condutor, ora recorrente, de aperceber, em tempo razoável, da sua travessia, desde ela ter saído para a faixa de rodagem até ter percorrido por 2,1 metros da largura de 4,6 metros da faixa, nem lhe retira absolutamente a oportunidade de controlar, de imediato, a marcha do veículo por forma a evitar o embate no corpo da ofendida.

Na verdade, quando conduzirem pelas vias públicas, impende sobre quaisquer condutores o dever geral de cuidado e os deveres especiais de prevenção do perigo que se traduzem nomeadamente na adaptação da velocidade às situações repentinas mas previsíveis, mesmo originadas por comportamento contravencional por parte de outros utentes das vias públicas, já que a inobservância desse deveres, razoavelmente exigíveis de acordo com as circunstâncias concretas, potencia a ocorrência de acidentes.

Dest'arte, ao contrário do que defende o ora recorrente, há efectivamente factos provados para sustentar a censurabilidade da conduta do arguido por ele não ter regulado a velocidade de modo que atendendo ao estado de via de do veículo, pudesse fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente e evitar qualquer obstáculo que lhe surja em condições normalmente previsíveis.

Não foi questionado o doseamento da pena aplicada, a este tribunal de recurso não cabe pronunciar-se sobre ele, ao abrigo do disposto no artº 393º/2-c) do CPP.

c) Nulidade da transacção quanto ao pedido cível.

Finalmente, o recorrente invoca a nulidade da transacção quanto ao pedido cível por ele não ter intervindo nessa transacção, nem a ter aceite.

Todavia, a questão é falsa e resulta pura e simplesmente de um equívoco por parte do recorrente.

De acordo com os elementos existentes nos autos, por despacho proferido pela Mm^a Presidente do Colectivo, no princípio da audiência de julgamento realizada em 12MAR2009, foi homologada a transacção documentada a fls. 202 a 203 dos autos, em que nenhuma referência foi feita à presença no acto e à aceitação do acordo por parte do arguido, ora recorrente.

E a expressão “而嫌犯亦聲明接受……”, citada pelo recorrente, consta apenas na nota prévia do acórdão recorrido neste contexto que, em baixo se transcreve para a fácil compreensão:

2009年3月5日，民事賠償請求的雙方達成和解，請求申請人接受澳門幣60萬圓作為所有財產及精神損害的賠償，而被告亞洲保險有限公司亦接受上述金額。在收取賠償後，被害人捨棄其他賠償請求。另外，雙方亦同意放棄追討律師費及訴訟費，而保險公司則同意承擔司法費用的繳付。另外，被害人亦聲明放棄追究嫌犯的刑事責任而嫌犯亦聲明接受（和解協議載於卷宗第202至203頁）。

考慮到請求申請的標的可自由處置，協議亦由合資格之行爲人作出，和解為適時及合法，因此，按照《民事訴訟法典》第235條第1和第2款，第237條第1款以及第242條第1款，結合《刑事訴訟法典》第4條的規定，法庭已確認上述和解有效，並判處申請人之賠償權利消滅。

É evidente que, face ao teor desse texto, o que o arguido aceitou é a desistência da queixa-crime por parte dos familiares da ofendida e não a transacção cível feita entre esses familiares e a seguradora civilmente demandada.

Independentemente da intervenção ou não do arguido no acto de

transacção ou da aceitação ou não da desistência da queixa, essa referência é sempre inócua dada natureza pública do crime em causa.

Improcede assim a arguição dessa nulidade quando à transacção na matéria cível.

III – Decisão

Pelo exposto, acordam em negar provimento ao recurso.
Custas pelo arguido recorrente, com seis UC de taxa de justiça.

Notificações e comunicações necessárias.

RAEM, 16JUL2009

Lai Kin Hong

José M. Dias Azedo

Choi Mou Pan

(vencido nos termos da declaração que se segue)

Declaração de voto

Vencido nos seguintes termos:

Não se pode o signatário deixar de discordar com a decisão de maioria que não considerar o incurso no vício de insuficiência da matéria de facto para a decisão de direito.

Conforme os factos dados por assentes nos autos, enquanto o arguido conduziu o seu motociclo, a ofendida estava a atravessar a rua do lado esquerdo para o lado direito tendo em conta a direcção para onde circulava o motociclo do arguido. Como este atravessamento foi “de improviso”, o arguido não fez parar o motociclo atempadamente e travou o motociclo de repente, o que provocou a perda de controlo do mesmo, indo chocar contra a ofendida e causou finalmente a morte da mesma.

Sabemos que cumpre o Tribunal a apreciar e valorar as provas produzidas e com as mesmas formar a sua convicção e consignar conseqüentemente por assentes os factos que servem para a decisão de questões de direito assumidas.

Enquanto não se verificar suficiente a matéria de facto apurada, não se pode recorrer às provas cujos elementos não se encontram consignados na factualidade e tomar em consideração dos mesmos como se fossem assentes.

Tal como o que aconteceu o *croquis* nos autos, muitos elementos do mesmo permite a perceber o evento do acidente, mas os mesmos não se encontram consignados como assentes. Pelo que os mesmos não podem ser considerados como se fosse factualidade para a decisão de causa.

No fundo, o que está em falta é que, da matéria de facto, não se sabe a circunstância em que o arguido viu a ofendida, de quanta distância entre os mesmos no momento quando a viu no atravessamento.

Tais factos são importantes para chegar a conclusão da violação pelo arguido ao dever previsto no artigo 22° n° 1 do Código de Estrada, por ter conduzido com

velocidade excessiva, pela forma a não “regular a velocidade de modo que, atendendo ao estado da via e do veículo, possa fazer parar o veículo no espaço livre e visível à sua frente e evitar qualquer obstáculo que lhe surja em condições normalmente previsíveis”, pois não temos os elementos fácticos para concluir este juízo de “condições normalmente previsíveis”, ou seja o que aconteceu nos autos não se permite concluir que o “atravessamento de improviso” da ofendida estava na “situação normalmente previsível”.

Enquanto não foi apurado esse evento, não se pode arbitrariamente atribuir a culpa do arguido. E este apuramento incumbe ao tribunal, mesmo com o conhecimento oficioso, sob o princípio de descoberta da verdade material dentro do limite do objecto do processo.

Incorrendo efectivamente nos presentes autos no vício da insuficiência da matéria de facto para a decisão da causa, verifica-se então a causa de nulidade do julgamento nos termos do artigo 400º nº 2 al. a) do Código de Processo Penal, o que conduz a reenvio do processo para o novo julgamento nos termos do artigo 418º do mesmo Código.

E, decidida esta questão ficaria prejudicada a apreciação das restantes questões.

Eis a minha declaração.

Aos 16 de Julho de 2009

Choi Mou Pan